

Demonstrações Financeiras

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

31 de março de 2026
com Relatório do Auditor Independente

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de março de 2026

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Edifício Walk Bueno Business
Rua T-55, N.930 - 11º Andar, Salas 1110 a 1115
Setor Bueno - Goiânia - GO - CEP: 74215-170

Tel: +55 62 3605-1100
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.
Canápolis - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 24 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in black ink that reads 'Eric Piantino' in a cursive script.

Eric Horta Piantino
Contador CRC MG-107829/O

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.715	11.038
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8	-	55.052
Impostos e contribuições a recuperar	9	3.633	2.797
Total do ativo circulante		5.348	68.887
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8	161.297	93.591
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	9.748	3.523
Propriedades para investimento	10	269.196	267.196
Imobilizado	11	3.803	3.967
Total do ativo não circulante		444.044	368.278
Total do ativo		449.392	437.165
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	63.060	41.149
Fornecedores e outras contas a pagar	13	2.358	260
Adiantamento de clientes		18	440
Obrigações fiscais		332	433
Total do passivo circulante		65.768	42.282
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	340.823	339.998
Total do passivo não circulante		340.823	339.998
Patrimônio líquido			
Capital social	15	66.327	66.327
Prejuízos acumulados		(23.526)	(11.442)
Total do patrimônio líquido		42.801	54.885
Total do passivo e patrimônio líquido		449.392	437.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2026	2025
Receita líquida	18	33.636	36.940
Custo das vendas	19	(577)	(462)
Lucro bruto		33.059	36.478
Despesas e receitas operacionais	19		
Despesas administrativas		(1.186)	(795)
Outras despesas operacionais		(1)	(22)
		(1.187)	(817)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		31.872	35.661
Despesas financeiras	20	(67.054)	(63.772)
Receitas financeiras	20	16.873	21.080
Resultado financeiro, líquido		(50.181)	(42.692)
Resultado antes dos impostos		(18.309)	(7.031)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	-	73
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	6.225	2.313
(Prejuízo) do exercício		(12.084)	(4.645)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	2026	2025
(Prejuízo) do exercício	(12.084)	(4.645)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(12.084)	(4.645)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de março de 2025	66.327	(6.797)	59.530
Prejuízo do exercício	-	(4.645)	(4.645)
Saldo em 31 de março de 2025	66.327	(11.442)	54.885

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de março de 2025	66.327	(11.442)	54.885
Prejuízo do exercício	-	(12.084)	(12.084)
Saldo em 31 de março de 2026	66.327	(23.526)	42.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(18.309)	(7.031)
Ajustes para conciliar o resultado:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	65.209	51.246
Apropriação de custos de transação	1.343	3.031
Juros com partes relacionadas	(13.839)	(8.591)
IOF sobre créditos com partes relacionadas	266	(68)
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros derivativos	-	531
Variação cambial e correção monetária	-	4.115
Depreciação e amortização	164	124
Outros	-	10
	34.834	43.367
Redução (aumento) em contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.186	(1.252)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(836)	(2.673)
Redução (aumento) em adiantamento a fornecedores e outros ativos	-	114
(Redução) aumento em fornecedores	2.098	(277)
(Redução) aumento em obrigações tributárias	(101)	(129)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	(422)	440
Caixa proveniente das atividades operacionais	36.759	39.590
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(4.089)
Aquisição de propriedades para investimentos	(2.000)	(12.288)
(Liberação) Recebimento de recursos com partes relacionadas	-	449
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(2.000)	(15.928)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	62.133	656.935
Pagamento de principal sobre empréstimos e financiamentos	(41.111)	(622.520)
Pagamento de variação cambial e juros sobre empréstimos e financiamentos	(65.104)	(55.741)
Caixa proveniente das atividades de financiamentos	(44.082)	(21.326)
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa	(9.323)	2.336
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.038	8.702
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.715	11.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Terra Forte"), está localizada na Rodovia BR 365, s/n, Km 734 – Zona Rural - Fazenda Piripa – Zona Rural, Canápolis/MG, é uma sociedade por ações que tem como objeto o cultivo e produção de cana-de-açúcar e mudas; cultivo e produção de sementes de amendoim, soja, sorgo e milho; criação de bovinos reprodutores e matrizes para extração de sêmen, óvulos e embriões, e para pecuária de corte e leite; arrendamento e aluguel de imóveis próprios; e participação em outras sociedades, na qualidade de acionista, sócia ou quotista.

A Companhia foi constituída no final do exercício de 2017 e iniciou sua operação 01/02/2018. Em 31 de março de 2026, a Terra Forte tinha como principal atividade o arrendamento de terras.

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 60.420. O CCL negativo decorre substancialmente da classificação no passivo circulante de empréstimos e financiamentos de R\$ 63.060, contratados para financiar a aquisição de terras, cujas obrigações estão sendo liquidadas com os recebíveis de arrendamento junto ao Grupo CMAA, vinculados a contratos de longo prazo, com quitação integral prevista em até 9 anos. Desta forma, a natureza estrutural desse passivo — lastreado em ativos de longo prazo e amortizado por receitas recorrentes — não representa pressão de liquidez imediata.

O prejuízo do exercício é explicado, de forma preponderante, pelo resultado financeiro líquido negativo de R\$ 50.181, referente aos encargos de juros sobre essa mesma dívida, cujo custo é indexado ao CDI no contexto de taxas de juros elevadas no período. Operacionalmente, a Companhia gerou lucro bruto de R\$ 33.059 no período (R\$ 36.478 em 31 de março de 2025), evidenciando a capacidade de geração de resultado recorrente das operações de arrendamento.

A Administração avalia que a Companhia possui capacidade financeira para honrar seus compromissos, considerando: (i) a liquidação das dívidas por meio dos fluxos de recebíveis de arrendamento de longo prazo com o Grupo CMAA; e (ii) a possibilidade de captação de mútuos ou adiantamentos junto a partes relacionadas do Grupo, caso necessário.

Desta forma, a Administração concluiu que não há incerteza relevante quanto à continuidade operacional, e as demonstrações financeiras foram preparadas com base nessa premissa.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2026 foi autorizada pela diretoria em 24 de junho de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 8 - realização do contas a receber de clientes e outros recebíveis;
- Nota explicativa nº 17 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: estimativa de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração do valor justo

A Companhia possui ativos que são mensurados a valor justo por meio de políticas e divulgações contábeis.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos foi resumida na respectiva nota:

- Nota explicativa nº 10 – Propriedades para investimentos;
- Nota explicativa nº 16 – Instrumentos financeiros.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

6. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita

(i) Arrendamento de terra

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Os arrendamentos da Companhia não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais.

A receita de arrendamento é proveniente desses arrendamentos operacionais e é reconhecida linearmente pelo prazo do arrendamento. Os arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente são tratados como contratos de aluguel.

A receita desses contratos de arrendamento é determinada por ano-safra e é mensurada com base na multiplicação área do contrato pela tonelada de cana por hectare (TCH), de modo a obter o volume do contrato, o volume do contrato é multiplicado pelo kg de açúcar total recuperável (ATR) Consecana SP, multiplicado pelo valor do ATR.

A Companhia somente tem efetuado arrendamentos de fazendas os quais foram classificados como operacionais na medida em que uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- IOF sobre mútuos com partes relacionadas;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e
- Outras receitas e despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes e outros recebíveis que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere à como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, acompanham as alterações no risco de crédito e reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, também podem considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e empréstimos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swap de moeda estrangeira para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade de seus ativos não financeiros, representados pelo investimento reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, em 31 de março de 2026.

e. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

f. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

g. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. A recuperação das propriedades para investimento por meio de operações futuras, as vidas úteis e o valor residual destas, são acompanhadas periodicamente e ajustados de forma prospectiva, se necessário. O valor justo das

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

propriedades para investimento é determinado anualmente apenas para fins de divulgação.

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As fazendas e terrenos classificados como propriedade para investimento são mensuradas pelo custo no reconhecimento inicial.

No caso de o proprietário construir uma propriedade para investimento, considera-se como custos os juros capitalizados dos empréstimos, o material utilizado, a mão de obra direta ou qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme seu propósito.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis estimadas bem como as taxas médias ponderadas anual, para os exercícios findos em 31 de março de 2026, e 2025 são as seguintes:

	Anos	Taxas médias
Construções e edificações	25	4,00%

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura seus impostos sobre a renda com base no lucro real tributável do exercício. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240 mil, aplicado à presunção de 32% sobre a base de cálculo apurada;
- Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% aplicado à presunção de 32% sobre a base de cálculo apurada.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas com base nas leis e nos normativos tributários promulgados no decorrer do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

j. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis às demonstrações financeiras

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de abril de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

k. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

“lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não espera impactos da alteração em suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

liquidação.

- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e bancos	95	174
Equivalentes de caixa	1.620	10.864
Total	1.715	11.038

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2026, essas aplicações referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são depositados em bancos de primeira linha, cuja taxa de remuneração varia entre 100% e 106% (70% e 110% em março de 2025) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Elas não possuem data de carência, podendo ser resgatadas para fazer frente às necessidades imediatas de caixa da Companhia.

8. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	31/03/2026	31/03/2025
Contas a receber de clientes e outros recebíveis (Nota 23)	-	1.186
Créditos com partes relacionadas (Nota 23)	161.297	147.457
Total	161.297	148.643
Ativo circulante	-	55.052
Ativo não circulante	161.297	93.591

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber de clientes e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 16.

As informações sobre transações com partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 21.

9. Impostos a recuperar

	31/03/2026	31/03/2025
IRRF sobre aplicações financeiras	3.550	2.714
IRPJ e CSLL a recuperar	83	83
Outros impostos a recuperar	-	1
Total	3.633	2.798
Ativo circulante	3.633	2.797
Ativo não circulante	-	1

10. Propriedades para investimento

Segue abaixo a movimentação de propriedade para investimento:

Custo	Terras	
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo Inicial	267.196	254.908
Adição	2.000	12.288
Total	269.196	267.196

Os valores justos das propriedades foram mensurados na categoria Nível 3 da hierarquia do valor justo, e foram determinados com base em avaliações realizadas por empresa especializada na avaliação deste tipo de propriedade para investimento.

O valor justo foi atribuído conforme valor de mercado, utilizando o método comparativo direto de dados do mercado preconizada pela norma brasileira de avaliação de imóveis rurais (NBR 14.653-3), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), onde definiu-se o valor de mercado pela quantia mais provável pela qual se negociaria voluntariamente e conscientemente os bens, dentro das condições de mercado vigente na data.

A seguir, uma tabela com a descrição do valor identificado para cada categoria de propriedade para investimento e o valor justo dos ativos na participação da Companhia:

	31/03/2026		31/03/2025	
	Valor de Custo	Valor Justo	Valor de Custo	Valor Justo
Fazendas	269.196	879.734	267.196	847.664

11. Imobilizado

Segue abaixo a movimentação de imobilizado:

Custo	Construções e edificações	Total
Saldo em 31 de março de 2024	-	-
Adição	4.089	4.089
Baixa	-	-
Transferência	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	4.089	4.089
Adição	-	-
Baixa	-	-
Transferência	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	4.089	4.089
Depreciação	Construções e edificações	Total
Saldo em 31 de março de 2024	-	-
Adição	(122)	(122)
Baixa	-	-
Transferência	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	(122)	(122)
Adição	(164)	(164)
Baixa	-	-
Transferência	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	(286)	(286)
Saldo em 31 de março de 2025	3.967	3.967
Saldo em 31 de março de 2026	3.803	3.803

Análise do valor de recuperabilidade

De acordo com o CPC 01 (R1) IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avaliou, no exercício findo em 31 de março de 2026 os indicadores de impairment e concluiu não haver indicadores que requeiram a necessidade de teste do valor recuperável.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

A nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A nota explicativa nº 18 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	31/03/2026	31/03/2025
CPR	(b)	R\$	CDI+Pré	21.900	21.884
CRA	(c)	R\$	CDI+Pré	330.289	371.311
				352.189	393.195
Custos de transação				(10.809)	(12.048)
Total (*)				341.380	381.147

Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	31/03/2026	31/03/2025
Mútuo partes relacionadas	(a)	R\$	N/A	62.503	-
Passivo circulante				63.060	41.149
Passivo não circulante				340.823	339.998

(*) A taxa média ponderada dos encargos financeiros é de 16,31% a.a. em 03/2026 (15,81% a.a. em 03/2025)

(a) Refere-se a mútuo junto a parte relacionada Vale do Tijuco Açúcar e Alcool S.A., com incidência de juros que será liquidado mediante a disponibilidade de caixa.

(b) Refere-se a empréstimo contratado com o objetivo de desenvolvimento do seu objeto social. O empréstimo será liquidado durante o exercício de 2027.

(c) A primeira emissão ocorreu no dia 16 de maio de 2024, nos termos da Instrução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, da 312ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária. A oferta pública de distribuição de 370.000 (trezentos e setenta mil) certificados de recebíveis do agronegócio, todos nominativos e escriturais, da 312ª (trecentésima décima segunda) emissão da Securitizadora, em 2 (duas) séries. Foram subscritos e integralizados na primeira série 325.600 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão, perfazendo o montante total de: R\$325.600.000 e, na segunda série foram subscritos e integralizados 44.400 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão, perfazendo o montante total de: R\$44.400.000 sendo que o prazo de carência para ambas as séries é de 2 anos e a amortização ocorrerá em 9 parcelas.

Cronograma de vencimento do empréstimo líquido do custo de transação

31 de março de 2026	Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	352.189	64.411	41.111	41.111	41.111	41.111	123.334
Custos de transação	(10.809)	(1.351)	(1.351)	(1.351)	(1.351)	(1.351)	(4.054)
	341.380	63.060	39.760	39.760	39.760	39.760	119.280

31 de março de 2025	Valor Contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	393.195	42.488	62.929	41.111	41.111	41.111	164.445
Custos de transação	(12.048)	(1.339)	(1.339)	(1.339)	(1.339)	(1.339)	(5.353)
	381.147	41.149	61.590	39.772	39.772	39.772	159.092

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas contratuais

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants*), cujo período de apuração se dá no encerramento do exercício. A Administração possui controles tempestivos sobre esses indicadores e em 31 de março de 2026 entende que as exigências pré-estabelecidas foram cumpridas, sendo improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, e nem a necessidade de reclassificação.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/03/2026	31/03/2025
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	2.358	260
Total	2.358	260

14. Provisões e demandas judiciais

Não foi constituída provisão para contingências relacionadas a riscos cíveis e ambientais em face da inexistência de litígios em andamento classificados como risco provável de perda. Também não existem litígios classificados como risco possível de perda que devessem ser divulgados.

15. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de março de 2026 e 2025, o capital social da Companhia está distribuído da seguinte forma:

	31/03/2026		31/03/2025	
	Ações	R\$	Ações	R\$
Bússola Participações e Investimentos S.A.	144.308.919	66.327	144.308.919	66.327
IFAR Brazil PTE. Ltd.	2	-	2	-
Rio Grande Investment PTE. LTD.	1	-	1	-
Marseille Fundo de Investimentos em Participações	2	-	2	-
JF Investimentos S.A.	1	-	1	-
Total	144.308.925	66.327	144.308.925	66.327

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros

A Companhia monitora e gerência os riscos financeiros relacionados às operações por meio de relatórios internos de riscos que analisam a exposição de acordo com o grau e magnitude dos riscos.

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de março de 2026

Ativos financeiros

Caixa e bancos (nota 7)

Equivalentes de caixa (nota 7)

Contas a receber (nota 8)

Total

Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
-	95	95	-
1.620	-	1.620	1.620
-	161.297	161.297	-
1.620	161.392	163.012	1.620

31 de março de 2026

Passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos (nota 12)

Empréstimos e financiamentos partes relacionadas (nota 12)

Fornecedores e outras contas a pagar (nota 13)

Total

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
-	341.380	341.380
-	62.503	62.503
-	2.358	2.358
-	406.241	406.241

31 de março de 2025

Ativos financeiros

Caixa e bancos (nota 7)

Equivalentes de caixa (nota 7)

Contas a receber (nota 8)

Total

Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
-	174	174	-
10.864	-	10.864	10.864
-	148.643	148.643	-
10.864	148.817	159.681	10.864

31 de março de 2025

Passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos (nota 12)

Fornecedores e outras contas a pagar (nota 13)

Total

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
-	381.147	381.147
-	260	260
-	381.407	381.407

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de março de 2026, a Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os principais riscos relacionados com a operação da Companhia são os seguintes:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e seu gerenciamento de capital.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e bancos (nota 7)	95	174
Equivalentes de caixa (nota 7)	1.620	10.864
Contas a receber de clientes e outros recebíveis (nota 8)	161.297	148.643
Total	163.012	159.681

O Companhia não possui registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se realizam majoritariamente com empresas do grupo econômico no decorrer do exercício societário, o que minimiza o risco no não recebimento de seus créditos.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

	31/03/2026	31/03/2025
A vencer	161.297	148.643
	161.297	148.643

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez.

Não existe na história da Companhia registro de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de seu Conselho de Administração, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia utiliza sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	31/03/2026
Empréstimos e financiamentos	341.380
Fornecedores e outras contas a pagar	2.358
Mútuo partes relacionadas	62.503
Total	406.241
Passivo circulante	65.418
Passivo não circulante	340.823
	31/03/2025
Empréstimos e financiamentos	381.147
Fornecedores e outras contas a pagar	260
Total	381.407
Passivo circulante	41.409
Passivo não circulante	339.998

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos passivos financeiros nas atividades de financiamento:

	Empréstimos e financiamentos
Saldos em 01 de abril de 2025	344.081
Adições	656.935
(-) Pagamentos	(622.520)
(-) Pagamentos de juros e variação cambial	(55.741)
Juros incorridos	51.246
Apropriação de custo de transação	3.031
Variação cambial	4.115
Saldos em 31 de março de 2025	381.147
Adições	62.399
(-) Pagamentos	(41.111)
(-) Pagamentos de juros e variação cambial	(65.104)
Juros incorridos	65.209
Apropriação de custo de transação	1.343
Saldos em 31 de março de 2026	403.883

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos contratados e aplicações financeiras, expostas, principalmente, à variação do CDI. A direção da Companhia monitora tempestivamente as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas as dívidas.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de março de 2026.

Apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:

- Cenário I: Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Depreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário V: Depreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros

Instrumentos	Exposição em 31 março de 2026	Risco	Cenários		Apreciação		Depreciação	
			Taxa	Provável	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%
Ativo financeiro								
Equivalentes de caixa	1.620	CDI	14,65%	237	59	119	(59)	(119)
Notas comerciais partes relacionadas	107.431	CDI	14,65%	15.739	3.935	7.869	(3.935)	(7.869)
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos – CPR	21.900	CDI	14,65%	(3.208)	(802)	(1.604)	802	1.604
Empréstimos e financiamentos – CRA	330.289	CDI	14,65%	(48.387)	(12.097)	(24.194)	12.097	24.194
				(35.619)	(8.905)	(17.810)	8.905	17.810

Fonte: A informação da CDI foi extraída da base da CETIP

Risco de câmbio

A Companhia não está exposta a riscos cambiais relevantes, tendo em vista que suas operações e ativos estão substancialmente denominados em moeda funcional (Reais), inexistindo transações significativas indexadas ou vinculadas a moeda estrangeira.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social

	Ativo/Passivo		Resultado		Patrimônio líquido	
	31/03/2026	31/03/2025	2026	2025	31/03/2026	31/03/2025
Efeitos de contratos de swap		-		181	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	9.748	3.523	6.225	2.132	-	-
Líquido	9.748	3.523	6.225	2.313	-	-

- a) A Administração da Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia não possui saldo remanescente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa de contribuição social não reconhecida.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses em um prazo máximo de dez anos. A realização esperada dos impostos diferidos em 31 de março de 2026 é como segue:

01/04/2026 a 31/03/2027	266
01/04/2027 a 31/03/2028	3.853
01/04/2028 a 31/03/2029	4.105
01/04/2029 a 31/03/2030	1.524
	9.748

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da taxa efetiva

	2026	2025
Resultado antes dos impostos	(18.309)	(7.031)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	6.225	2.391
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Reconhecimento de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-
Outros	-	(5)
Total	6.225	2.386
Imposto corrente	-	73
Imposto diferido	6.225	2.313
Total	6.225	2.386

18. Receita líquida

	2026	2025
Receita com arrendamento de terras	37.064	40.705
Receita bruta	37.064	40.705
Impostos sobre vendas	(3.428)	(3.765)
Receita líquida	33.636	36.940

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia possuía 100% de seus contratos de arrendamento com as três unidades do grupo CMAA, sendo elas as usinas Vale do Tijuco Açúcar e Alcool S.A. ("Vale do Tijuco"), Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A. ("Vale do Pontal") e Canápolis Açúcar e Etanol S.A. ("Usina Canápolis").

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gastos por natureza

A Companhia apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	2026	2025
Custos das vendas		
Custos com licenciamentos e taxas	(577)	(462)
Total	(577)	(462)
Despesas administrativas		
Gastos com serviços compartilhados	(262)	(267)
Despesas com consultoria e auditoria	(616)	(310)
Despesas administrativas diversas	(144)	(94)
Depreciação e amortização	(164)	(124)
Total	(1.186)	(795)
Outras despesas		
Outras receitas e despesas operacionais	(1)	(22)
Total	(1)	(22)

20. Resultado financeiro

	2026	2025
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(65.209)	(51.246)
IOF	(266)	-
Perdas efetivas – liquidação de derivativos	-	(1.992)
Variação cambial passiva	-	(6.275)
Despesas bancárias	(1.337)	(3.792)
Outras despesas financeiras	(242)	(467)
Total	(67.054)	(63.772)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.034	4.967
Ganhos com ajuste a valor justo – derivativos	-	-
Ganhos efetivos - liquidação de derivativos	-	5.264
Variação cambial ativa	-	2.160
Juros com partes relacionadas	13.839	8.591
Outras receitas financeiras	-	98
Total	16.873	21.080
Resultado financeiro, líquido	(50.181)	(42.692)

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Partes relacionadas

Principais saldos de transações

As transações efetuadas junto às partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas. Os saldos com partes relacionadas estão apresentados como seguem:

	31/03/2026	31/03/2025
Ativos		
Contas a receber		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	-	386
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	-	54
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	-	746
	-	1.186
Mútuos partes relacionadas		
Bússola Empreendimentos e Participações S.A. (a)	53.866	53.866
	53.866	53.866
Notas comerciais		
Bússola Empreendimentos e Participações S.A. (b)	107.431	93.591
	107.431	93.591
Total de ativos	161.297	148.643
Ativo circulante	-	55.052
Ativo não circulante	161.297	93.591
	31/03/2026	31/03/2025
Passivo		
Contas a pagar		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. (c)	118	-
Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda.	638	-
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	735	-
	1.491	-
Mútuos		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. (d)	62.503	-
	62.503	-
Adiantamento de clientes		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	10	3
Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda.	1	-
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	6	437
Total de passivos	17	440
Total do passivo	64.011	440
Passivo circulante	1.508	440
Passivo não circulante	62.503	-

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas		
<i>Receita com arrendamento de terras</i>		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	18.662	20.612
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	2.612	2.885
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	15.790	17.208
Total de receitas	37.064	40.705

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras		
<i>Juros sobre notas comerciais (a)</i>		
Bússola Empreendimentos e Participações S.A.	13.839	8.591
Total de receitas financeiras	13.839	8.591

	31/03/2026	31/03/2025
Outras despesas		
<i>Gastos com serviços compartilhados (c)</i>		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	(262)	(267)
Total de outras despesas	(262)	(267)

(a) Refere-se a mútuo concedido para a controladora Bússola Empreendimentos e Participações S.A., sem incidência de juros, que será liquidado em março de 2031.

(b) Refere-se a nota comercial concedido para a controladora Bússola Empreendimentos e Participações S.A., com a incidência de juros 100% CDI, que será liquidado em maio de 2031.

(c) Gastos com serviços compartilhados junto ao centro administrativo.

(d) Refere-se a mútuo junto a parte relacionada Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., com incidência de juros 100% CDI, que será liquidado mediante a disponibilidade de caixa.

Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração

Conselheiros

José Francisco de Fátima Santos
Presidente

Luiz Gustavo Turchetto Santos
Hansjorg Suelzle
Moleonoto Tjang
Surjadi Tirtarahardia
Mark Julian Wakeford

Diretoria Executiva

Carlos Eduardo Turchetto Santos
Alisson Venturini Colonhezi
Jeferson Degaspari
Eduardo Scandiuzzi Lopes
Marcelo Bosquetti

Contador

Eduarda Karolina de Oliveira Gonçalves
CRC/MG nº MG-133999/O-0